

“Guerra Revolucionária”:

O anticomunismo de Bilac Pinto e o golpe de 1964

Marco Túlio Antunes Gomes

Mestrando em História – Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Em julho de 1964, meses após o golpe que destituiu o presidente João Goulart, a editora guanabarenses Companhia Forense de Artes Gráficas publicou uma coletânea de discursos do deputado federal mineiro Olavo Bilac Pinto, intitulada *Guerra Revolucionária*. O referido parlamentar, então presidente da União Democrática Nacional (UDN), desempenhou papel de destaque na oposição, ávido em suas denúncias contra uma suposta comunização em curso no país, elemento chave de sua retórica nos anos finais do governo João Goulart. Se desde o segundo governo Vargas (1951-1954) Bilac Pinto se mostrara ativo elemento oposicionista ao integrar a chamada “Banda de Música” na Câmara Federal, é a partir de 1963 que obtém projeção nacional, quando seus discursos repercutem na grande imprensa liberal e na Caserna. A comunicação propõe uma análise das declarações proferidas por Bilac Pinto nos dois últimos anos da Terceira República, com destaque para o teor anticomunista de seus discursos e o papel desempenhado pelo udenista para o agravamento da crise política no período.

Palavras-chave: Bilac Pinto; Anticomunismo; União Democrática Nacional.

Abstract: In July 1964, months after the coup that deposed president João Goulart, the guanabarenses publisher company Companhia Forense de Artes Gráficas published a collection of speeches entitled *Revolutionary War*, written by Minas Gerais federal deputy Olavo Bilac Pinto. The deputy, then president of the União Democrática Nacional (UDN), played a prominent role in the opposition, eager to denounce a supposed communization in the country, a key element of his rhetoric in the final years of the João Goulart administration. Since the second Vargas government (1951-1954), Bilac Pinto had shown himself to be an active opposition element in integrating the so-called "Music Band" in the Federal Chamber, it is from 1963 that he obtains a national projection, when his speeches resonate in the liberal press and in the Army. The communication proposes an analysis of the statements written by Bilac Pinto in the last two years of the Third Republic, with emphasis on the anticomunist content of his speeches and the role played by the udenista in aggravating the political crisis in that period.

Key Words: Bilac Pinto; Anti-communism; União Democrática Nacional

Introdução

Assim como muitos udenistas mineiros, Olavo Bilac Pereira Pinto foi signatário do Manifesto dos Mineiros de 1943, documento contestatório do Estado Novo e defensor da redemocratização do país, “a primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada organizada por membros das elites liberais” (BENEVIDES, 1981, p. 34). Sua adesão ao documento rendeu-lhe represálias do regime varguista, sendo destituído de suas cátedras na Universidade do Brasil e da Faculdade de Direito de Minas Gerais. Com o alvorecer democrático de 1945, Bilac Pinto se juntou aos liberais antivarguistas na constituição da União Democrática Nacional (UDN), elegendo-se deputado federal em 1950 com 18.334 votos.

Na Câmara Federal, Bilac Pinto, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro e outros parlamentares fizeram oposição contumaz ao segundo governo Vargas (1951-1954), rendendo-lhes a alcunha de “Banda de Música” da UDN. Seus posicionamentos enérgicos focavam na política econômica do Executivo, se opondo ao aumento do salário mínimo e o controle do capital estrangeiro. Apesar disso, Bilac apresenta em 6 de junho de 1952 uma emenda substitutiva que adotava o monopólio estatal do petróleo, se opondo portanto ao projeto governamental que propunha a instituição de uma sociedade de economia mista, que segundo o parlamentar deixavam um “flanco aberto à penetração de interesses antibrasileiros, que somente se empenharão em dificultar ou impedir a nossa autossuficiência em matéria de combustíveis líquidos.” (BENEVIDES, 1981, p. 112). Segundo Maria Victoria de Mesquita Benevides, a postura controversa do partido diante da criação da Petrobrás, contrária ao seu próprio programa liberal, se dava por “razões conjunturais e, sobretudo, pela linha política de oposição sistemática ao governo.” (BENEVIDES, 1981, p. 200). O monopólio estatal do petróleo seria mantido, apesar de descartada a sugestão de Bilac Pinto para alterar a denominação da instituição para Empresa Nacional de Petróleo (ENAPE).

Com a publicação do “Manifesto dos coronéis” em 1954, Bilac Pinto foi um dos principais parlamentares contrários à duplicação do salário mínimo, episódio

marcante para a aproximação do udenista com demandas militares. Manteve seu oposicionismo marcante durante o governo de Juscelino Kubitschek, período em que estabeleceu projeto de lei que estabelecia penalidades aos servidores públicos que enriqueciam em exercício, e se posicionou contra a desnacionalização da Fábrica Nacional de Motores (RAMOS, 2017). Contudo, somente a partir da década de 1960 o parlamentar despontaria como uma das figuras mais relevantes na crise política da Terceira República, adquirindo grande visibilidade em seus incessantes posicionamentos contra o governo de João Goulart.

A reforma agrária e a crise política de 1963

O período presidencialista de João Goulart foi marcado pela intensa discussão da reforma agrária, sendo aprovado em março do mesmo ano o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia aos trabalhadores do campo os mesmos direitos dos urbanos, além de reconhecer as organizações sindicais do campo. Embora boa parte da população e da classe política se mostrasse favorável à sua realização, divergiam-se setores à esquerda e à direita quanto à forma de implementação. Como bem denota Ferreira e Gomes, “foi a incapacidade das elites políticas parlamentares de realizar acordos, com concessões mútuas, que inviabilizou a aprovação de um projeto de reforma agrária.” (FERREIRA & GOMES, 2014. p. 175). A radicalização partidária, principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a liderança de Brizola, impediria o avanço das discussões sobre a questão fundiária no país.

No dia 29 de abril de 1963, a UDN realizou sua 14ª Convenção na cidade de Curitiba, onde foi discutida a conjuntura política nacional e eleito seu novo presidente. Os impasses registrados no planejamento do evento revelaram que o tema da reforma agrária também provocou atritos no interior do partido, que tinha como liderança de um dos campos antagônicos Carlos Lacerda. Enfático em seu posicionamento antireformista, o governador da Guanabara ameaçou se desligar da legenda, que julgava alvo da “infiltração de ideias esquerdistas” (BRANCO, 2017b), e rechaça a candidatura de Bilac Pinto à presidência da agremiação pela sua defesa de

uma emenda constitucional para a realização da reforma agrária. No campo oposto da UDN, a ala “Bossa Nova” – como eram chamados aqueles que se posicionavam em favor das reformas – tinha como uma de suas principais lideranças o governador mineiro Magalhães Pinto. Convém ressaltar que as discussões eram feitas em meio à expectativa para a eleição presidencial de 1965, na qual Lacerda e Magalhães emergiam como as principais candidaturas, e apesar do governador guanabareense falhar em sua tentativa de frear a orientação reformista do partido, sua presença marcante na convenção “constituiu um irrecusável êxito pessoal, que o consagrava como candidato do partido à Presidência no pleito de 1965.” (DULCI, 1986, p. 189).

Diante da clara cisão da UDN, Bilac Pinto – eleito presidente do partido – toma posse com um discurso conciliador, no qual ressalta que as reformas de base poderiam ser realizadas “quando forem retiradas da área da demagogia e expungidas dos componentes da mistificação.” (BADARÓ, 2010, p. 188). Segundo Murilo Badaró, na ocasião Bilac Pinto falaria pela primeira vez sobre o andamento de uma guerra revolucionária, incitada por elementos próximos do presidente da República que percorriam o país “em desabusada pregação subversiva e revolucionária” (BADARÓ, 2010, p. 186). Diante disso, conclamou as Forças Armadas para “interromper o curso visível desse processo revolucionário, restituindo à família brasileira a tranquilidade” (BENEVIDES, 1981, p. 186).

Na tribuna parlamentar Bilac Pinto se destacou como um dos principais críticos do governo Goulart. No dia 25 de junho de 1963, tomou a palavra na Câmara para analisar a crise política nacional, sendo esta decorrente de outras três: crise de autoridade, de moralidade e administrativa. Para o orador, o presidente instituíra uma “liderança dupla, contraditória e polêmica” (PINTO, 1964, p. 18), fruto da repartição do poder entre – denominado de *ego* – e Leonel Brizola, seu *alter ego*. As divergências entre eles se manifestavam em relação aos Estados Unidos, país no qual Jango sinaliza cooperação com sua visita a Washington, ao passo que Brizola declarava ser o embaixador norte-americano Lincoln Gordon *persona non grata* no país. Sobre a questão do campo, comenta Bilac Pinto que “enquanto o Sr. João

Goulart sustenta que é a favor de uma reforma agrária democrática e cristã, o seu *alter ego* prega a reforma agrária radical e conclama o povo à revolução para obtê-la.” (PINTO, 1964, p. 25).

Saliente-se que a referida alocução de Bilac Pinto proferida em junho de 1963 – assim como seu discurso de posse na presidência do partido – não acusava o presidente de comunista, mas de inapto a exercer o cargo. Segundo Rodrigo Sá Motta, para muitos avaliadores à direita e à esquerda, Jango era tido como figura notória pela “falta de firmeza política e indecisão ideológica” (MOTTA, 2006, p. 70), algo que lhe rendeu várias críticas ao longo de seu mandato. Em relação ao campo conservador, questionava-se a influência de Brizola nas decisões presidenciais, temor evidente no discurso de Bilac Pinto. Em sua versão publicada, o udenista explica em nota de rodapé que a explanação ocorre “em período que antecedeu à participação ostensiva do Sr. João Goulart no processo de ‘guerra revolucionária” (PINTO, 1964, p. 9), sendo possível aferir que o presidente não era considerado comunista pelo parlamentar, mas alguém passível dos radicalismos do cunhado.

Para além da crise de liderança, Bilac Pinto também identifica uma crise moral no país, fruto da omissão do presidente em apurar denúncias feitas pela UDN. A partir da década de 1950, o partido tomou para si a bandeira do moralismo político, sempre associado aos valores individuais dos homens públicos (BENEVIDES, 1981). A expressão “mar de lama”, usada por Getúlio Vargas na crise política de 1954, seria recorrente na retórica udenista nos anos seguintes, marcados por uma mudança semântica do conceito de corrupção (CARVALHO, 2012), que deixa de ser encarada como algo sistêmico e passa a ser fruto da ação individual ou de uma determinada parcela políticos. “Responsável pelos bons e maus atos do governo” (PINTO, 1964, p. 34), João Goulart é acusado por Bilac Pinto de “relaxamento moral” ao permitir mal feitos na administração pública em casos mencionados. Não sendo possível averiguá-los, o parlamentar apresenta como alternativa a derrubada do chefe do Executivo: “a comprovação do enriquecimento ilícito somente é possível quando os governos corruptos são derrubados por uma revolução ou quando o decurso do tempo elimina os riscos da delação” (PINTO, 1964, p. 31) – conclui em sua

explanação. Para Otavio Dulci, o apego às instituições democráticas reclamado pela tradição liberal udenista é posto em cheque após sucessivas derrotas eleitorais do partido, que passa a questionar a legitimidade dos resultados e defender uma mudança por meios extralegais (DULCI, 1986). E conforme se agravava a crise política, os parlamentares da legenda – destacando-se Bilac Pinto – reforçam o clamor pela ruptura da ordem vigente pelas Forças Armadas.

A guerra revolucionária

No dia 15 janeiro de 1964, depois de se reunir em São Paulo com o governador Ademar de Barros e alguns militares, Bilac Pinto declarou em tom alarmante durante uma coletiva com jornalistas na Câmara dos Deputados que sindicatos rurais e marítimos eram preparados pelo governo para um golpe popular, defendendo a necessidade de “armar a população civil e democrática para defender as instituições, inclusive o Presidente da República, que deve ser preservado desde que se mantenha dentro da Constituição” (BILAC, 1964, p. 3).

Desafiado por Goulart para provar suas declarações, Bilac Pinto argumentou que após falhar em suas tentativas de intervir militarmente nos estados de São Paulo e Guanabara, o presidente passou a adotar a “guerra revolucionária” como meio de atuação, artifício

criado pelos teóricos marxista-leninistas e [...] adotado por movimentos revolucionários diversos, para a conquista do poder, assegurando progressivamente o controle físico e psicológico das populações com o emprego de técnicos particulares, apoiando-se numa ideologia e desenvolvendo-se em fases sucessivas e bem caracterizadas (PINTO, 1964, p.51).

Dessa forma, após passar por duas fases gestatórias, marcadas pelo esforço de criação de um ambiente pré-revolucionário, o país já se encontrava – de acordo com os estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) e das Escolas de Estado-Maior – na terceira fase da guerra revolucionária, definida pela subversão da ordem e obtenção de armas. Ressalte-se que a figura de João Goulart, anteriormente vista como

influenciada pelo radicalismo de terceiros, ganha novos contornos no discurso de Bilac Pinto, acusada de comprometer-se em atividades sediciosas que caracterizam as fases iniciais da estratégia de comunização.

O estudo da “guerra revolucionária”, que a partir de então seria tema frequente na retórica de Bilac Pinto, se iniciou na ESG a partir de uma conferência proferida pelo coronel Augusto Fragoso em 1959, com vasta influência da produção militar francesa desenvolvida sobre a Guerra da Argélia. Refletindo o clima de Guerra Fria do período, Fragoso situa o Brasil no contexto de uma guerra revolucionária mundial, dividida em duas grandes fases: a pré-revolucionária, também chamada de clandestina, e a revolucionária – ou ostensiva. De acordo com João Roberto Martins Filho, o amplo conhecimento da bibliografia do tema demonstrado pelo deputado Bilac Pinto em seus discursos sugere intensa ligação do parlamentar com a cúpula do Exército, provavelmente com o general Carlos de Murici (MARTINS FILHO, 2008).

Além das armas encontradas por Ademar de Barros, Bilac Pinto considera como elementos probatórios da “coautoria” de Goulart na preparação da guerra revolucionária em curso: a influência de comunistas em escalões do governo e nas Forças Armadas, a legalização do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA) pelo presidente, a realização de “greves políticas” sucessivas e a pregação ideológica do deputado Leonel Brizola na Rádio Mayrink Veiga (PINTO, 1964). Conclui sua oração com menção à Lei de Segurança do Estado, que sugere ser aplicável ao presidente Goulart pelo auxílio dado na guerra revolucionária.

As declarações públicas de Bilac Pinto renderam ampla repercussão na imprensa, e organizações civis de resistência foram criadas para “cobrir objetivos práticos na ação preventiva e repressiva.” (BRANCO, 2017a) Segundo Motta, no começo de fevereiro de 1964 a mobilização anticomunista no campo “atingiu intensidade e gravidade jamais vistas” (MOTTA, 2002, p. 269), sendo noticiados vários conflitos por todo o país.

No dia 23 de janeiro de 1964, Bilac Pinto fez longa exposição sobre o tema na Câmara Federal, na qual descreve – com utilização do trabalho desenvolvido pelo

coronel francês J. Hogard – cada uma das cinco fases do desenvolvimento da guerra revolucionária. Retomou os elementos que indicavam que o Brasil se encontrava na terceira fase, a do “terrorismo seletivo e sistemático e os atentados pessoais”, do qual os estados de Pernambuco, com a conivência do governador Miguel Arraes, e Paraíba, onde se registra caso do assassinato de um proprietário de terras, estavam submetidos.

O abandono de Goulart do Plano Trienal e adesão às reformas de base constituiria parte da “guerra psicológica” desenvolvida pelos comunistas durante a “guerra revolucionária”, na qual “a opinião pública é trabalhada por uma repetida doutrinação demagógica.” (PINTO, 1964, p. 77). Conclui seu discurso reafirmando o compromisso da UDN com as reformas agrária, urbana, tributária, mas que estas deveriam ser feita sob inspiração dos países do “Mundo Livre”.

Por parte da esquerda, os esforços pela implementação das reformas de base eram coordenados pelo deputado Leonel Brizola e outras lideranças da Frente de Mobilização Popular (FMP), organização criada em 1962 e apoiada por organizações sindicais e camponesas, movimentos estudantis e alguns membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No dia 25 de fevereiro de 1964, a FMP organizou um comício em Belo Horizonte, porém Brizola foi impedido de conduzi-lo por um grupo de mulheres da Liga da Mulher Democrática (LIMDE), episódio que ganhou vasta repercussão nacional (MOTTA, 2002). Na tribuna, Bilac Pinto louvou a atitude das mulheres em Minas Gerais, que faziam jus a “tradição de amor e de zelo pela liberdade” (PINTO, 1964, p. 104) do estado. Embebido do discurso liberal apropriado pela elite regional mineira em diversas ocasiões, o deputado aponta que a Revolta de Vila Rica de 1821 e a Conjuração Mineira foram episódios em que os “montanheses” teriam adquirido “especial sensibilidade para pressentir, antes que outros, as ameaças que por vezes se acumulam no horizonte político, contra a liberdade do nosso povo.” (PINTO, 1964, p. 104). Dito isso, o ocorrido Belo Horizonte seria a perpetuação da vocação mineira de luta pela liberdade, que demandava o combate à comunização do país. Em aparte, assim como em outras ocasiões, Bilac Pinto foi acusado por um parlamentar de incitar a desordem e violar a lei de segurança

nacional ao defender o armamento da população civil – mas considerou tais intervenções como preconizações à guerra revolucionária.

Munido de citações provenientes de estudos realizados pelo Estado-Maior das Forças Armadas, Bilac Pinto indicou que por meio da guerra revolucionária a União Soviética conquistou diversos países sem os métodos convencionais de um conflito bélico, sendo empregadas técnicas psicológicas para conquistar a opinião pública – no caso do país, por meio da defesa das reformas de base e sobretudo da reforma agrária. Para se defender das acusações de colegas parlamentares, o deputado ressaltou o apoio da UDN e da Federação das Associações Rurais de Minas Gerais à reforma agrária para desassociar seu discurso anticomunista da questão do campo.

Dias após o malogrado comício de Brizola em Belo Horizonte, a FMP organizou no estado da Guanabara o Comício da Central do Brasil, no qual discursou João Goulart. Cerca de 200 mil pessoas ouviram entusiasmadas a defesa do presidente pela execução das reformas, que deveriam ser viabilizadas por alteração do texto constitucional. Também criticou o anticomunismo, acusando-o de negar a aplicação da doutrina social da Igreja, defensora do bem estar material e moral (FERREIRA & GOMES, 2014).

Para as esquerdas, naquele momento Goulart rompia com a política de conciliação com as classes conservadoras, aderindo às demandas da FMP, do PCB e do CGT. Para Bilac Pinto, o evento escancarava sua tese defendida na imprensa e no parlamento, o que o leva a se consultar com o general Castello Branco sobre a situação do país (BADARÓ, 2010). Acelera-se o processo de degradação da crise, e em 31 de março de 1964, o presidente sofre um golpe militar, com amplo apoio de segmentos civis no Congresso. Segundo Jarbas Passarinho, que assumiria diversas pastas ministeriais nos governos subsequentes, Bilac Pinto foi figura chave de sustentação dos militares, iniciada com o recebimento de informações da Caserna sobre guerra revolucionária em curso (REGO, 2008). Instaurada a ditadura, colaborou na elaboração do Ato Institucional nº 1, que garantia sanções extralegis aos adversários do regime. Para o parlamentar, tal esforço se fazia necessário no combate à guerra revolucionária, que começara a ser derrotada com a “queda do

efêmero governo comunizante de João Goulart.” (PINTO, 1964, p. 161).

A ascensão dos militares no poder foi evocada como uma “revolução democrática” por Bilac Pinto, que deveria ser mais que um “lampejo fugidio”. Por essa razão, o parlamentar foi favorável à prorrogação da eleição presidencial, o que gerou atritos com Carlos Lacerda, que o acusa de liquidar a legenda. Contudo, como bem denota Plínio de Abreu Ramos, Bilac Pinto “não estava disposto a entrar em choque com Castello Branco, de quem era um dos porta-vozes mais autorizados e prestigiados.” (RAMOS, 2017).

A reaproximação com Lacerda ocorreu quando o deputado se posicionou contra o Estatuto da Terra, projeto defendido pelo ministro do Planejamento, Roberto Campos, para dar início a uma reforma agrária por meio de sobrecargas tributárias em áreas produtivas. Ao alegar que não seria viável o projeto pela suficiência da produção agrícola, Bilac Pinto demonstrava que a reforma agrária, mesmo livre da demagogia que em tese marcara a “guerra revolucionária”, não era uma de duas prioridades enquanto parlamentar. Isso em nada afetou seu relacionamento com o presidente Castello Branco, que apoia sua candidatura e eleição à presidência da Câmara, em janeiro de 1965. Ao final deste ano, o presidente tentou afastar a candidatura de Costa e Silva à presidência da República, sendo cogitado o nome de Bilac Pinto para sucedê-lo. Contudo, a “linha-dura” se consolida no poder com a eleição do militar, e o político mineiro exerceria nos anos seguintes funções diplomáticas em Paris. Em abril de 1970, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Médici – posição que ocupa até ser aposentado compulsoriamente em 1978. Faleceu em 18 de abril de 1985, após passar os últimos anos de sua vida dedicando-se à advocacia.

Considerações finais

Figura pouco enfatizada nas produções historiográficas sobre o golpe de 1964, Bilac Pinto é um elemento importante para compreender a radicalização do discurso político na década de 1960, pautado sobretudo pelo temor da comunização do país.

O uso do conceito de “guerra revolucionária” na retórica do parlamentar sinaliza essa intensificação, na qual o presidente Goulart deixa de ser considerado influenciável pela tática das organizações subversivas para se tornar “coautor” do processo.

Subterrânea, a “guerra revolucionária” era apresentada como conjuntural pelo parlamentar, que em seus discursos aponta indícios que julgava comprobatórios de sua existência, mas que não se relacionavam. A ambiguidade do discurso era indicada por parlamentares trabalhistas, que também reforçavam a contradição de conclamar elementos civis a se armarem, o que violava a Lei de Segurança do Estado. Apesar disso, as denúncias do parlamentar foram encaradas com perplexidade por muitos setores da sociedade, sendo inclusive registradas a formação de organizações anticomunistas no interior do país após seus primeiros pronunciamentos sobre a guerra revolucionária, no início de 1964. Para muitos, o “perigo vermelho” era uma ameaça real, devendo o país se alinhar as potências do “Mundo Livre”.

O processo de radicalização do discurso anticomunista encontra-se intimamente relacionado ao desenvolvimento da concepção de “guerra revolucionária”, que por alguns anos se reduz aos meios militares, mas obtém grande publicização do deputado Bilac Pinto em suas intervenções enquanto presidente nacional da UDN. Seus pronunciamentos lhe conferem grande projeção na crise política, ao passo que reforçam o comprometimento do udenista com a demanda pela intervenção militar – o que lhe renderia posições de destaque no governo militar de Castello Branco nos anos seguintes.

Referências

BADARÓ, Murilo. **Bilac Pinto**: o homem que salvou a República. Rio de Janeiro: Gryphus; Brasília: MinC, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Estudos brasileiros; 51)

BILAC Pinto quer dar armas ao povo para defender a legalidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1964, ano LXXIII, n. 13, p. 3. p. 3.

BRANCO, Carlos Castello. Em criação milícia anti-revolucionária. Disponível em: <http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=5726>. Acesso em 25 jun. 2017a.

BRANCO, Carlos Castello. Lacerda recusa continuar numa UDN “esquerdizada”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 abr. 1963. Disponível em: <http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=4745>. Acesso em 20 jun. 2017b.

CARVALHO, José Murilo de. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, Leonardo et al (org.). **Corrupção**: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 200-205. (Humanitas).

DULCI, Otávio Soares. **A Udn e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986. (Teses).

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, jun. 2008, p. 39-50.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. (Nova biblioteca de ciências sociais).

PINTO, Olavo Bilac. **Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro: Companhia Forense de

Artes Gráficas, 1964.

RAMOS, Plínio de Abreu. Olavo Bilac Pinto. Disponível em: <
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olavo-bilac-pereira-pinto>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

REGO, Antonio Carlos Pojo. **O congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.